



# 23.04.19

## Jornadas Anipla 2019

### Homologação de produtos fitofarmacêuticos

## Jornadas Anipla 2019 Homologação de produtos fitofarmacêuticos

**Todos os dias há substâncias ativas a ser retiradas do mercado. Há falta de produtos fitofarmacêuticos alternativos no mercado, no entanto, chegam regularmente a Portugal novas pragas, que devastam por completo algumas culturas, e sob vias que a legislação ainda não consegue controlar. Os agricultores e a indústria fitofarmacêutica estão atentos e alertam: é preciso alternativas, flexibilidade e eficácia.**

Processos exigentes, que geram menor eficácia na resposta às necessidades dos agricultores; redução de substâncias autorizadas no mercado, que diminuem a capacidade de controlo de problemas fitossanitários; normas de orientação comunitária que geram imprevisibilidade e atrasos na aprovação de substâncias; um volume de pedidos que não traz valor agroeconómico acrescido: **Agricultores, DGAV\* e ANIPLA reuniram-se para mais uma edição das Jornadas de Homologação de Produtos Fitofarmacêuticos, a 17 de abril, no ISA – Instituto Superior de Agronomia, marcadas pela consensualidade nos argumentos e na defesa de uma causa comum.**

Importa unir esforços e criar uma linha de comunicação consistente entre todos os protagonistas desta discussão. A indústria tem argumentos, e, cada vez mais, deve intervir e aumentar a transparência dos seus agentes. «Num ano marcado pela perda de inúmeras substâncias ativas, é preciso investigar, antever o aparecimento de novas pragas, é preciso reforçar a confiança do consumidor sobre os produtos que escolhe diariamente. Os efeitos das alterações climáticas continuam a não dar tréguas e a prejudicar as culturas sazonais. A redução de substâncias ativas autorizadas, ainda mais. A difusão de informação pouco sustentada quebra a confiança, é preciso legitimar a qualidade do que é produzido em Portugal. E para isso o sector precisa de se unir e não desistir», referiu Felisbela Campos, Presidente da Direção da ANIPLA, na abertura de mais uma edição das Jornadas.

ANIPLA e agricultores estão preocupados com a progressiva diminuição de soluções disponíveis no mercado para proteção de culturas e defendem maior celeridade e flexibilidade nos processos de avaliação e aprovação. Preocupação partilhada pela DGAV, uma vez que «o Regulamento nº1107/2009 trouxe-nos a partilha de trabalho. Trouxe-nos uma harmonização e uniformização dos procedimentos e critérios de avaliação e decisão. Trouxe-nos o potencial de previsibilidade e gestão da atividade e a sua qualidade e rigor, mas trouxe consigo a principal das ameaças: **integrar novos dados e processos comunitários conduz a uma maior imprevisibilidade na aprovação das substâncias e respectivo controlo de danos**», refere Bárbara Oliveira, Diretora de Serviços da DGAV, revelando que face às 483 substâncias aprovadas na UE, às 846 não aprovadas e aos 33 pedidos pendentes há um desafio eminente a que o sector terá que responder – há cada vez mais substâncias a ser retiradas do mercado, sem alternativas.

Manter o diálogo e a união de interesses entre estados membros é fundamental, contudo, «há que ter em atenção as necessidades específicas de cada estado. Devemos assegurar o equilíbrio entre aquilo que são as normas e procedimentos comuns, caminhando lado a lado com os estados membros, com vista à harmonização dos processos, mas adequando-os aos melhores formatos de controlo e fiscalização para cada realidade», sublinha Bárbara Oliveira quando abordadas as principais preocupações da DGAV sobre o futuro da regulamentação. Preocupação partilhada por António Lopes Dias, Director Executivo da



Felisbela Campos, Presidente da Direção da ANIPLA



Bárbara Oliveira, Diretora de Serviços da DGAV



António Lopes Dias, Director Executivo da Anipla

ANIPLA, que aproveita o momento para reforçar que «a avaliação zonal pode ser um presente envenenado. Porque quando um país do Sul analisa o potencial de risco de uma substância ativa para um membro, todos os outros estão dependentes da sua colocação no mercado. Por isso urge encontrar o equilíbrio, tornando o sistema mais ágil e eficiente».

### Produtores apelam à união

Para Gonçalo Batista, jovem agricultor, membro da Associação Apizêzere e vogal da Direção da CAP, o problema é claro, «há novas pragas a nascer todos os dias. E os efeitos são reais: perde a economia, perdem os consumidores, perde o país. É urgente promover uma discussão séria sobre a redução no número de produtos fitofarmacêuticos em circulação, é urgente a cooperação e entreaajuda entre o setor, falando a uma só voz. A produção não integrada não responde às necessidades do país e do consumidor», refere. Opinião que é partilhada pelo Presidente da PORBATATA, António Gomes, que aproveitou o encontro para dar a conhecer alguns projetos inovadores que levam a cabo anualmente e reforçar que «o desaparecimento de substâncias ativas chave para o setor e a ausência de alternativas consistentes, leva à resistência cada vez maior das pragas. O inverso do que o mercado nos pede: o nível de exigência dos clientes e da grande distribuição ao nível da segurança alimentar é crescente e isso deixa os produtores apreensivos com o produto final que são capazes de oferecer. Muitos dos clientes já só querem 1/3 dos LMR, já não lhes chega sequer o cumprimento dos mínimos, numa altura em que é cada vez mais significativa a redução de substâncias ativas no mercado».

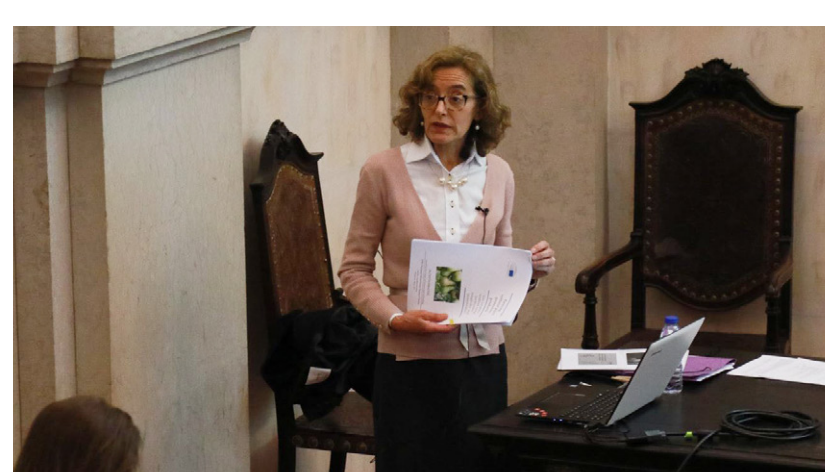
Para António Lopes Dias, Director Executivo da ANIPLA, «importa desenvolver uma comunicação concertada entre os produtores, a ANIPLA e DGAV. Queremos que os produtores digam de sua justiça do que precisam para exercer a sua atividade e tornar o seu negócio eficaz e sustentável. Os produtores são empresários, querem exercer a sua atividade em liberdade e, cada vez mais, devem juntar-se, unir forças e influenciar politicamente. Fazer parte e ser parte das decisões».

Além disso, de forma a combater os mitos ligados à produção integrada e a tornar a opinião pública e stakeholders sensíveis à utilização de agroquímicos na produção sustentável, importa «não só apoiar o desenvolvimento das empresas agrícolas a nível regional, promovendo a defesa e valorização do ambiente, mas sobretudo formar os agricultores em moldes mais sustentáveis de produção», conclui Gonçalo Batista, jovem fruticultor. Um passo importante para formar também a opinião pública, já que é impossível ignorar os efeitos da comunicação na percepção sobre o tema, «veja-se o Glifosato: o paradigma de um estudo não científico que vale mais do que 3.000 estudos devidamente sustentados», refere António Lopes Dias.

### Desafios da regulamentação

Teresa Sezinando, representante da Comissão Técnica de Homologação da ANIPLA, trouxe à discussão outro importante ponto de vista: os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável criados pela União Europeia. Entre eles: **erradicar a fome e produzir e consumir de forma sustentável**. Até 2030 é preciso acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano e «isso não pode ser feito à custa da delapidação dos recursos naturais. A produção sustentável pode e deve passar pelos princípios da proteção integrada. Pensar na proteção de culturas sem o uso de produtos fitofarmacêuticos é irrealista. É impossível garantir a sustentabilidade sem novas fórmulas e tecnologias que permitam prever o desenvolvimento de pragas e controlar a sua propagação», refere.

E, por isso mesmo, é uma missão de todos. De fora para dentro: «a nível Europeu, devemos trabalhar para a cooperação, concertação, decisões políticas consistentes, previsíveis e baseadas nas avaliações de risco. Devem ser assumidas políticas de incentivo à investigação e desenvolvimento, políticas que tornem os agricultores europeus mais competitivos, dotados de ferramentas. A nível de zona (nacionalmente) devemos ter autoridades reguladoras fortes, com participação ativa e influenciadora nas reuniões de indústria e decisão. Devemos estabelecer um diálogo de cooperação entre a agricultura», sublinha. Culminando, inevitavelmente, no setor já que, para Teresa



Teresa Sezinando, representante da Comissão Técnica de Homologação da ANIPLA

Sezinando, «também os agricultores devem fazer uso da inovação ao seu dispor, apostar no desenvolvimento sustentável e estabelecer um diálogo contínuo e coerente com a indústria e as autoridades, que conduza à influência e à tomada de decisões europeias e nacionais», conclui.

### 2020: Ano Internacional Da Fitossanidade

Por iniciativa conjunta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Secretariado do International Plant Protection Convention (IPPC), 2020 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Ano Internacional da Fitossanidade. Um tema em debate durante as Jornadas, a propósito da nova legislação que entrará em vigor em Dezembro deste ano. Com a crescente do turismo, as alterações climáticas e outros factores externos, é cada vez mais provável o aparecimento de novas pragas e doenças. Por isso mesmo e não só para o cumprimento dos objetivos, mas também para a manutenção da sustentabilidade, a legislação sob serem analisados e sujeitos a um selo de aprovação e análise de risco. Mas não só: a partir de Dezembro de 2019, o controlo passará também pelos passageiros, evitando a chegada de novas pragas em frutos ou produtos que acabam por, nas bagagens, passar fronteiras e devastar culturas», alerta Ana Paula Carvalho, Sub Directora Geral da DGAV. «precisamos de reforçar em 30% as equipas e recursos humanos. Portugal foi o 1º país a fazer exercícios de simulação, em 2018. Simulámos a entrada de uma bactéria mortal para os citrinos, de forma a compreender como é que os mecanismos estão aptos a responder e a erradicar. E fomos bem sucedidos. Somos um caso de sucesso no combate e prevenção», conclui.



Ana Paula Carvalho, Sub Directora Geral da DGAV

\* DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária

Leia este e outros artigos no nosso blog: [fitosintese.pt](http://fitosintese.pt) Para quem pensa (n)a agricultura.